



PSD p.9

PSD leva políticas sociais a debate



Parlamento p.15

“Eles querem ocultar a verdade” sobre a CGD

POVO LIVRE



n.º 1957

22 de fevereiro de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

CRESCIMENTO DESMENTE PROMESSAS SOCIALISTAS



PSD Pedro Passos Coelho visitou duas empresas de Torres Vedras



Pedro Passos Coelho em Vila Franca de Xira

Reversão nas reformas “está a empurrar-nos para o passado”

“Começamos a constatar que a qualidade do crescimento que estamos a ter, assim como a qualidade do saneamento financeiro, se está a degradar”, explicou esta sexta-feira Pedro Passos Coelho, num convívio com militantes do PSD de Vila Franca de Xira. O presidente do PSD não deixou de exigir responsabilidades ao Governo: a degradação do crescimento e da consolidação das Finanças públicas é “consequência direta das opções políticas” de António Costa e de Mário Centeno e não da conjuntura externa.

“A pior coisa que pode haver é alguém não saber reconhecer os erros que comete, porque passa a vida a repeti-los”, apontou o presidente do PSD. São erros que não estão a ser assumidos pelo atual governo, desde logo na reversão de reformas, que várias instituições independentes consideraram importantes e necessárias, depois de terem estudado a economia portuguesa e concluído que tem um défice de competitividade que deve ser melhorado. Caso contrário, “não se gera emprego sustentável, não se gera mais riqueza, não é possível pagar o Estado Social que temos e as pessoas viverão pior, como se foi verificando até às vésperas de 2011”, descreveu. “Se as reformas eram necessárias, tanto que a maior parte delas estava no memorando de entendimento que foi negociado pelo governo socialista, por que razão há um governo socialista agora que as reverte?”

“Essa reversão está a empurrar-nos para o passado, não a atirar-nos para o futuro”, rematou. E, por isso, a realidade começa a revelar as consequências dessas escolhas: o crescimento de 2016 foi menos intenso do que o de 2015 e o investimento caiu significativamente. Indicadores preocupantes, para Pedro Passos Coelho, dado que terão consequências no futuro próximo. “Mesmo que o emprego não se ressinta de imediato da queda do investimento, terá consequências para futuro porque se não houver mais investimento, não vai haver mais emprego”. O líder social-democrata explicou à audiência que, sem perspectivas de crescimento, as empresas não



contratarão mais trabalhadores.

Os números das exportações – conhecidos esta semana – são disso uma prova cabal. Depois de o investimento ter recuado no ano passado, o comércio de bens cresceu apenas 0,9%. Em 2015, tinha crescido 3,7%, notando-se assim um abrandamento claro e preocupante. “As exportações estão a perder gás” e é preciso “recuar muitos anos até ver um crescimento tão modesto” deste indicador.

Também foi conhecido o resultado de mais uma

reversão cega: pela primeira vez em seis anos, o abandono escolar precoce aumentou. Mas o Governo “disse que quase não tinha significância estatística”. Pedro Passos Coelho corrigiu a posição do Governo: apesar das estatísticas, importa perceber que é a inversão de uma tendência de queda, ao longo de muitos anos, que fica agora em causa. O que acontece porque o ministro da Educação deitou fora “toda a política de luta por uma educação mais exigente, com melhor avaliação, que combatesse o abandono escolar e pudesse transferir

para os jovens mais competências e conhecimento". "Percebemos que mudou a política, mudou o ministro e os resultados pioraram logo naquele ano", apontou. "Por que é que o Governo não reconhece que se precipitou? Porquê esta cegueira? É para fazer o jeito à Fenprof ou para estar bem com a geringonça?", questionou. "É preferível estar de bem com a geringonça ou ter uma educação melhor em Portugal?"

Acresce ainda o saneamento financeiro do Estado, em 2016. "Conseguiu-se através de medidas extraordinárias", recordou Pedro Passos Coelho. Medidas que não podem ser repetidas. "Não estamos a resolver duradouramente o problema". A "qualidade do trabalho que está a ser feito é pior", concluiu.

Portugal continua ainda a não aproveitar as condições favoráveis que outros países potenciam para crescer, como a política monetária do Banco Central Europeu e os preços do petróleo.

Ministro das Finanças foi quem mais errou nas previsões

Mas os portugueses começam a rejeitar estes sinais da realidade. "A benevolência com que esta mistificação que havia no início já não é tolerada da mesma maneira", apontou o presidente do PSD, referindo-se a situações como a condução desastrosa do dossier da Caixa Geral de Depósitos.

Para Pedro Passos Coelho, a atuação do ministro das Finanças colocou em causa a dignidade do Estado, desde logo por ter aceite criar uma exceção ao dever de transparência a que todos os gestores públicos estão obrigados. Mas não é apenas Mário Centeno quem tem responsabilidade neste caso, porque também o primeiro-ministro foi um dos que, depois da polémica, "assobiará para o lado e disseram que o Tribunal Constitucional que avalie". Na verdade, "ainda não meteram lá um euro e não cansam de dizer que são um espetáculo porque estão a resolver os problemas que nós lá deixámos", sintetizou.

Ainda assim, o Governo insiste na sua propaganda. Não reconhece os erros. E quando a OCDE veio apontar alertas à estratégia que tem sido seguida, o ministro das Finanças respondeu dizendo que a Organização "erra muito nas suas previsões e nas suas visões", lembrou o presidente dos social-democratas, não sem recordar que foi Mário Centeno o responsável pelo estudo macroeconómico onde se prometia um crescimento de perto de 2,5% para 2016. O mesmo técnico que, já ministro das Finanças, reviu essa meta para 1,8%. "Acho que ninguém errou tanto nas previsões como o ministro Centeno" e "não sei por que é que o primeiro-ministro acha que o país lhe deve muito", questionou.

Pedro Passos Coelho recuperou as conclusões da OCDE, dentre as quais a necessidade de transformação estrutural da economia. "Porque é com isso que conseguimos investir no ensino público e em melhor proteção social, que conseguimos ter os hospitais a pagar as suas dívidas e as pessoas a receberem melhor atendimento".

"Quem está do lado de um desenvolvimento mais sustentado, tem de estar ao lado de um crescimento que venha impulsionado por uma transformação estrutural", afirmou. E tem sido essa a presença do PSD na sociedade portuguesa. O PSD continua, por isso, a ser um partido aberto e dialogante com a sociedade, "porque é a sociedade civil que faz o futuro". "Os governos mudam pouco, o país não muda por decreto, só muda se as pessoas quiserem". De facto, explicou ainda, são as pessoas que dão aos governantes condições para que percebam os seus anseios e construam esse caminho de mudança. "E nós fomos o partido em Portugal que melhor percebe esta necessidade de reformar o Estado, a economia e de não cruzarmos os braços".

Numa noite em que entregou vários cartões a novos militantes, Pedro Passos Coelho não deixou de salientar a dinâmica e mobilização interna que o partido vive, importante para que possa continuar a representar os portugueses.

"E quando for necessário, e eu garanto que vai ser necessário, nós cá estaremos para fazermos o que tem de



ser feito, para que o país possa alcançar uma sociedade mais próspera e mais justa do que aquela que temos hoje", prometeu.

PSD lançou as bases para a criação de emprego

O líder social-democrata recordou o enorme desenvolvimento que a sociedade portuguesa alcançou, com o momento decisivo que foi a entrada na comunidade europeia. No que diz respeito a indicadores como a escolarização e a proteção social que o país pode agora oferecer aos seus cidadãos, Portugal evoluiu muito, recordou. "É bom recordá-lo numa altura em que, em muitos países europeus, as pessoas já não olham para o futuro da Europa com o mesmo entusiasmo", afirmou Pedro Passos Coelho, explicando que esta desilusão com o sentimento europeu poderá ser resultado da ausência, no discurso político, da valorização das conquistas que os Estados-membro alcançaram com a adesão ao projeto comunitário. "Portugal deve à sua inserção no espaço europeu muito daquilo que conseguiu realizar estes anos".

O presidente do PSD descreveu o caminho até à atualidade. "Desde que entrámos na moeda única, fomos ficando para trás, ano após ano", não tendo sabido

aproveitar as verbas para fazer investimento com retorno. "E o que é que sobrou no fim desse processo? Muitas responsabilidades para pagar e o nível de crescimento muito baixo, com aumento de desemprego persistente."

Levados à pré-bancarrota, em 2011, "quisemos lutar para que Portugal pudesse recuperar a possibilidade de ser um país desenvolvido e para aprofundar esse desenvolvimento para futuro", referiu. Sobre o trabalho do anterior governo, lembrou que foram lançadas várias reformas importantes para "equilibrar financeiramente o país e para poder projetar para futuro um crescimento mais saudável, que não se alimentasse de dívida mas de novo investimento".

O presidente do PSD descreveu essa meta como a necessidade de transformação de que Portugal tanto precisa. O governo que liderou procurou um crescimento "que pudesse trazer também mais competências, mais inovação e mais valor acrescentado para a nossa economia", assim como "mais oportunidades para os jovens que foram ficando fora do mercado de trabalho", por via da rigidez das leis laborais.

"Lançámos muitas reformas que ainda hoje são responsáveis por algum do emprego e do crescimento da economia que vamos tendo", assegurou o líder do PSD, que momentos antes inaugurou a Sala Odete Silva, na sede da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, em homenagem à antiga deputada social-democrata.



Pedro Passos Coelho em Bragança

“O que se passa na CGD é consequência do regresso da má política”

“É a ausência de racionalidade que faz da política que hoje vivemos uma armadilha muito séria”, afirmou Pedro Passos Coelho, referindo-se ao modo de atuação do atual Governo, modo esse que se assemelha a uma infantilidade e que se confunde com a mistificação da realidade.

O presidente do PSD falava dia 12, num jantar em Bragança, onde também abordou o que se está a passar na Caixa Geral de Depósitos, pois “o que se passa na CGD é consequência do regresso da má política”, acusou.

O líder social-democrata lembrou que “este Governo resolveu iniciar o mandato dizendo que havia um enorme buraco na CGD, que nós sabemos que não existia. Fez tal afirmação para justificar uma recapitalização pesada. Foi buscar futuros administradores que classificou como grandes profissionais e disseram que iam fazer que não fizemos no passado. Iam por dinheiro o banco público e a CGD iria suportar o crescimento da economia”.

“Fizeram tudo mal desde o início e a pior coisa que fizeram foi decidirem tratar a CGD como um banco privado”, acusou o líder da oposição. O atual Executivo fez uma lei para isentar a CGD e a sua administração das regras que se impõem aos gestores públicos, isentando-os assim de apresentar a declaração de rendimentos ao Tribunal Constitucional. “Nada disto os fez pensar no pecado original que foi dizer que a CGD funciona como uma exceção na esfera pública. Isto está errado”, denunciou.

A equipa “maravilha” que foi convidada impôs essa condição, e o Governo achou que tinha de ser satisfeita. “Estranho que quem faz o convite não perceba logo que se enganou na pessoa que está a convidar. Era desfazer logo o equívoco. Mas o Governo achou natural e quis fazer uma lei para resolver o problema. Até foi o escritório de advogados da pessoa convidada que redigiu a lei. Ficou tudo resolvido. O Governo acha que isto é natural. Mas isto não se pode fazer”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Tal como não se pode pedir a uma pessoa que ainda é vice-presidente de outro banco que trate do plano de recapitalização em reuniões em Bruxelas e Frankfurt. Mário Centeno e o primeiro-ministro desvalorizam o assunto, não percebendo o abuso.

Podemos atrair mais investimento externo se formos fiscalmente mais competitivos

O atual Executivo conta com o PCP e o BE para aprovar no Parlamento as medidas mais demagógicas e populares, e acha que a oposição tem de estar disponível para ser responsável a patriota para aprovar as outras. “Mas os partidos que apoiam o Governo deviam fazer um acordo de incidência parlamentar sério para que depois o primeiro-ministro não falte à palavra e venha dizer que lhe estão a tirar o tapete. Não se pode brincar com os portugueses e o país”, defendeu Pedro Passos Coelho.

“Temos de ser uma oposição séria e responsável, mas não podemos ser parvos”, disse. Aquando do





resultado das legislativas de 2015, o PSD convidou o PS a fazer parte do Governo, tendo também reunido para assegurar condições de governabilidade. “A quem ganhou as eleições, o PS negou tudo, na altura não havia responsabilidade e patriotismo para nada. E agora exigem à oposição o que nunca estiveram disponíveis para dar. Respeita-se a democracia se nós, em nome da responsabilidade, estivermos disponíveis para esta ópera-bufa? Naquilo que o Governo considera essencial e estratégico para futuro, conta connosco e não com a maioria no parlamento?”, questionou.

O PSD faz uma oposição responsável e patriótica, qualidades que também tinha no Governo, e esta semana apresentou medidas relevantes para a competitividade e crescimento da economia no Parlamento, medidas essas que foram chumbadas de forma cega.

A reforma do IRC já havia sido apresentada na legislatura anterior e contava com o apoio do PS, que agora reverteu essa medida, tão essencial para o país. O PSD queria, com esta proposta, dar competitividade à economia, atraindo mais investimento do exterior.

“Podemos atrair mais investimento externo se formos fiscalmente mais competitivos. Não podemos competir com países que têm níveis de fiscalidade muito mais baixos. Na Irlanda, o IRC pesa 10% a 12%. Em Portugal, pesa 22%. Se queremos atrair investimento temos de mexer na taxa do IRC”, defendeu Pedro Passos Coelho.

O PS chumbou esta proposta num momento em que os EUA já disseram que a fiscalidade vai baixar significativamente, o que significa que irão captar uma parte importante da liquidez que existe para investir.

“Numa altura em que isto acontece, desperdiçamos a oportunidade de fazer esta reforma? Não era importante, aqui em Bragança, e noutras cidades, ter multinacionais a investir? A criar emprego, a ter população a fixar residência? Se não conseguimos ir buscar capital externo, daqui a pouco não há nada para distribuir”, disse o líder da oposição.

A atual maioria não discute o mérito das propostas e dos projetos. O que vai defender a competitividade para futuro?

O PSD tem uma maneira séria de estar na política, e o modo de ver as coisas não mudou. Não brincamos com

o país nem com as pessoas, não vendemos ilusões. Se Portugal quer ser um país desenvolvido, tem de aprender a lidar com os problemas reais e arranjar maneira de os resolver.

Pedro Passos Coelho exclamou ainda que “estamos a lidar com maneiras muito manhosas de atuar, mas a melhor maneira de lhes ganhar é persistir em tentar comunicar com seriedade com o que faz sentido fazer e lutar por concretizar essa missão”.

O que é que temos de fazer para que as empresas e economias possam pagar mais 20%?

“O que é que o Governo andou a prometer para al-

cançar o acordo de concertação social? Porque é que não dizem? Porque é que andam a dissimular, a esconder, a dizer coisas diferentes a cada um e desvalorizar? É esta a maneira de olhar para futuro? Eu não me conformo com isto”, afirmou o presidente do PSD.

O líder da oposição defendeu ainda que devem ser criadas condições para que as empresas tenham sucesso para que se possa ir melhorando o salário mínimo nacional, que é imposto pelo Estado, e os restantes salários.

Mas o Governo decidiu que nestes 4 anos o salário mínimo nacional devia aumentar 19%. Está decidido. “Alguém está a espera que a economia portuguesa cresça 19%? Que a produtividade cresça 19% ou de ser aumentado 19%. Não, porque nada no país faz antever um crescimento desta natureza que aguenta estes salários.” A política não pode ser encaminhar as empresas para o desastre ou as pessoas para o desemprego.

Passos Coelho afirmou ainda que Mário Centeno se queixa dos organismos que falham as previsões mas não se lembra que quem mais falhou foi ele. Começou com uma previsão de crescimento de 2%, depois, quando apresentou o OE para 2016, a meta era que crescesse 1,8%. Não sabemos se crescerá 1,3%, talvez 1,4%. Devia ter ajustado as suas previsões para fazer os aumentos, porque se Portugal crescesse 1,8% ou 2% talvez houvesse condições para um aumento maior.

Temos de nos perguntar: “que é que temos de fazer para que as empresas e economias possam pagar mais 20%”, disse Pedro Passos Coelho.

Valorizar o que cada região tem de melhor

Durante a tarde, o presidente do PSD esteve na Feira do Fumeiro de Vinhais, onde afirmou que valorizar o que cada região tem de melhor é um fator de atratividade para gerar riqueza e criar mais é melhor emprego.

Pedro Passos Coelho já visitou por diversas vezes a Feira de Vinhais, um dos certames mais importantes a nível nacional, que “atrai pessoas de quase todo o país e que promove produtos regionais, que de certo modo trazem valor acrescentado a esta região”, realçando assim a vitalidade que o certame traz a Vinhais. O líder social-democrata defendeu ainda que “apostar na valorização daquilo que melhor tem cada região é um bom princípio para trazer mais investimento e outras empresas” que possam aumentar ainda mais o emprego e rendimento.

“Cabe aos políticos poder ajudar a sublinhar o que de bom tem o país e as regiões e aquele que é o esforço importante que os portugueses fazem para fugir a uma certa fatalidade do desenvolvimento menor e ancorarem-se nas coisas boas que têm para crescer mais”, afirmou.



Crescimento desmente promessas socialistas



“A estratégia do Governo revelou-se desacertada”, afirmou o presidente do PSD, durante uma visita às empresas de produção de máquinas agrícolas Joper e Tomix, em Torres Vedras, dia 14 de fevereiro. Em causa estão os dados avançados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que indicam que o Produto Interno Bruto (PIB) subiu 1,4% em 2016, abaixo do crescimento de 1,6% alcançado em 2015 e muito aquém das promessas do Partido Socialista em campanha eleitoral.

2015, o executivo liderado por Pedro Passos Coelho registava um aumento do PIB em 1,6%. O país tinha saído da crise e o crescimento acontecia de forma sustentada.

Para o PSD, a economia deve crescer com qualidade, atraindo o investimento e promovendo mais e melhores oportunidades. O modelo económico não deve estar assente em salários baixos ou apenas no consumo em detrimento da poupança.

O presidente do PSD defende uma “alteração de política económica” que “o Governo tenha a humildade de concretizar”. Pedro Passos Coelho explicou que, “quando a poupança é sacrificada, como foi em 2016, o próprio investimento interno é penalizado”. O “desempenho pior” da economia, quando comparada com 2015 (em que o PIB aumentou 1,6%), “foi suportada pelo aumento do consumo” e deve-se à falta de investimento, lembrou Pedro Passos Coelho.

A economia cresceu. Contudo, e contrariamente ao que o Governo parece querer transmitir, este crescimento ficou abaixo estimativas anteriores. Há dados que importa, agora, lembrar.

No cenário macroeconómico, apresentado em abril de 2015, o Partido Socialista previa um crescimento de 2,4%. Mais tarde, e já no governo, o Executivo prometia (quer no Orçamento de Estado 2016, quer no Programa de Estabilidade) um crescimento de 1,8%.

Esta redução de expectativas é ainda mais visível quando se olha para o Orçamento de Estado 2017, em que o crescimento do PIB foi revisto em baixa (1,2%), só assim o resultado poderia vir a ser superior.

Além de ter ficado aquém das expectativas criadas pelo governo de António Costa, o crescimento hoje apresentado é inferior, em 0,2 pontos percentuais, quando comparado com o registado pelo governo anterior. Em



Pedro Passos Coelho na apresentação do livro de Cavaco Silva



O presidente do PSD esteve na apresentação do Livro "Quinta-Feira e outros dias", do anterior Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, no Centro Cultural de Belém (CCB), em Lisboa, dia 16 de fevereiro de 2017.

Cavaco Silva classificou o livro como "uma prestação de contas", sem o qual "ficaria incompleto" o conhecimento dos portugueses sobre o tempo "conturbado e complexo" que viveu em Belém. "Quinta-feira e outros dias" é, em primeiro lugar, uma prestação de contas aos portugueses pela forma como exerci as funções de Presidente da República", afirmou Cavaco Silva, na apresentação da obra, que decorreu no CCB em Lisboa, local onde também anunciou as suas duas candidaturas presidenciais. "Trata-se de fornecer aos portugueses informação detalhada para que possam fazer um juízo esclarecido e objetivo da forma como procurei defender o superior interesse nacional no âmbito das minhas



competências constitucionais", justificou o antigo chefe de Estado.

Nesta obra, explicou, pretende informar os portugueses, em primeiro lugar, sobre a forma como desenvolveu "uma interação com o Governo, em particular nas reuniões semanais de quinta-feira" com os primeiros-ministros. "Considero que a revelação dessas quintas-feiras é fundamental para compreender o tempo complexo e algo conturbado da política nacional nos dez anos em que exerci as funções de Presidente da República", afirmou, defendendo que essa "é a via mais eficaz" que um Presidente dispõe "para influenciar o processo político de decisão".

Além da prestação de contas, disse, o livro é igualmente um agradecimento pela vida que viveu até agora, um agradecimento à família, aos colaboradores que o ajudaram a exercer o cargo e, em particular, um agradecimento à mulher, porque sem ela não teria existido a carreira profissional e política que teve. "Sem ela este livro não existia", frisou.

Por outro lado, continuou Cavaco Silva, a obra representa também "a profunda gratidão" que tem para com o povo português, que lhe deu o "privilégio" de representar e defender Portugal como Presidente da República. "Não esqueço esse apoio que, repetidamente, me foi dado pelo povo português", sublinhou.



CGD

“Circunstâncias devem ser cabalmente esclarecidas”

À margem da Conferência “Economia para mim”, na Escola Secundária Mário Sacramento, dia 20, em Aveiro, Maria Luísa Albuquerque defendeu que o assunto da Caixa Geral de Depósitos (CGD) é “sério” e envolve um conjunto de situações que, democraticamente, “são preocupantes”.

“Existiram acordos que terão sido feitos e foram negados, com o facto de ter havido uma lei-medida, o que é algo que a Constituição proíbe, feita por advogados do beneficiário desta, e em que os consultores foram suportados pela Caixa Geral de Depósitos”, disse.

A vice-presidente do PSD foi clara no que diz respeito à reposição da verdade: “Há todo um conjunto de circunstâncias que, a bem da democracia, devem ser cabalmente esclarecidas”, salientou.

Sobre a afirmação do primeiro-ministro de que a direita está irritada com os “resultados” conseguidos por este Executivo, Maria Luísa Albuquerque respondeu que “o que pode irritar (nos últimos dados sobre a economia) é terem ficado abaixo e não acima do que era previsível”.

“A haver irritação é por me parecer curto o crescimento. Um país que estava em recuperação devia ter tido em 2016 uma taxa de crescimento superior à que teve em 2015”, sustentou.



PSD leva políticas sociais a debate

O PSD irá realizar, em abril, a primeira Convenção das Políticas Sociais. O evento será um espaço para apresentar aos portugueses o debate que o PSD tem promovido em todo o país.

São já 27 as sessões do Fórum das Políticas Sociais que decorreram em todo o país. Os vice-presidentes do PSD, Marco António Costa e Teresa Morais, têm levado o debate à sociedade civil. Assim, as sessões têm criado momentos de interação com académicos e cidadãos, numa reflexão que permite ao PSD enriquecer a sua proposta para as políticas sociais, com visões inovadoras e capazes de fomentar a empregabilidade.

Em linha com o espírito de abertura do partido à sociedade, os portugueses poderão assim ficar a conhecer as propostas do PSD no domínio das políticas sociais. Propostas que os cidadãos serão chamados a votar, em eleições futuras, e que o PSD apresenta desde já como mais um contributo para o debate ponderado que deve existir nas democracias maduras.

A iniciativa foi lançada em julho de 2016 e realizou encontros desde setembro, em torno de 12 áreas temáticas de reflexão: Segurança Social; Trabalho, Emprego, Formação Profissional e Concertação Social; Envelhecimento; Igualdade; Infância; Saúde; Educação; Incapacidade e Deficiência; e Cultura.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD
TV



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

José Matos Rosa em Vendas Novas

O secretário-geral do PSD participou na sessão de tomada de posse dos órgãos concelhios do PSD de Vendas Novas, distrito de Évora, sábado, 18 de fevereiro 2017.



PSD exige explicações sobre futuro das urgências



“O que vai acontecer com as pessoas que vão para as urgências?” Foi com esta pergunta que Miguel Santos, deputado do PSD, confrontou o ministro da Saúde após anunciar que, “de segunda a sexta-feira, entre as 8h00 e as 20h00, os doentes não poderão ir à Urgência a não ser através dos bombeiros, do INEM ou da Linha Saúde 24”.

Perante esta afirmação de Adalberto Campos Fernandes, o PSD apresentou um requerimento para que o ministro da Saúde prestasse esclarecimentos em sede de comissão parlamentar com urgência, porque o projeto-piloto, que restringe a ida às urgências, começará já em abril, nos hospitais do Porto e de Braga.

“É surpreendente esta afirmação de que pretende limitar o acesso às urgências para pessoas que sejam referenciadas pela Linha de Saúde 24 ou que sejam transportadas pelo INEM ou pelos serviços de bombeiros”, apontou o deputado Miguel Santos. “É uma medida inaceitável, porque é uma clara limitação e um estreitar da porta de entrada dos cidadãos aos serviços de urgência e é preocupante, porque nem sequer está devidamente preparada”.

O PSD confrontou, ainda, o ministro com as declarações do presidente do INEM, segundo as quais não deu parecer técnico, não foi consultado e está preocupado com as restrições no acesso às urgências hospitalares.

“Esta é uma medida de desespero para tentar conter os maus resultados. Qual é a preparação? Porquê o projeto-piloto em Braga e no Porto? Quais são as implicações para o INEM que está a ter dificuldades efetivas em dar resposta?”, questionou Miguel Santos.

O PSD demonstra preocupação com as opções orçamentais feitas na Saúde, pelo reflexo negativo na qualidade prestada. Existe, por exemplo, um menor acesso nos cuidados de saúde primários: de novembro de 2015 a novembro de 2016, o número de consultas médias baixou 2,5 milhões.

Uma mão cheia de medidas não concretizadas

Ao longo do ano passado, o ministro foi anunciando um conjunto de medidas. “A primeira, há quase ano e meio, era pretender que os médicos com mais de 55 anos continuassem a fazer urgências, alterando assim o limite de idade. Hoje, o PSD verifica que a tutela não legislou neste sentido”, acusou o deputado Miguel Santos.

O mesmo se verifica com a intenção apresentada em agosto para a criação de um tutor de doentes para combater as falsas urgências. Seria uma espécie de fiscal para verificar se a urgência era falsa ou verdadeira. Quando PSD confrontou Adalberto Campos Fernandes com esta ideia, o ministro recuou, alegando que se tratava de uma ideia que não seria concretizada.

“No início do mandato, o ministro afirmou que iria implementar uma penalização das falsas urgências, mas parece que nada avançou. Verificamos que existe um falhanço do governo num dos objetivos que o ministro se colocou a si próprio que era o de reduzir em 10% as urgências hospitalares, ou seja, 600 mil episódios de urgência. Mais tarde, reduziu e fixou para 2016 uma redução de 225 mil episódios de urgência. As urgências não baixaram, antes pelo contrário. Subiram em 200 mil atendimentos”, denunciou o social-democrata.

O PSD voltou a exigir ao ministro da Saúde que entregue o mapa sobre os investimentos em hospitais que havia anunciado no dia 19 de janeiro e cuja distribuição aos grupos parlamentares ainda não aconteceu.

PSD quer ouvir ministra da Justiça com urgência

O PSD requereu a audição parlamentar urgente da ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, para avaliar o que esteve na origem da fuga no domingo de três reclusos do Estabelecimento Prisional de Caxias. “Além do alarme social que esta situação só por si causa, é de uma enorme gravidade os factos apontados na comunicação social como estando na sua origem, como torres de vigilância desativadas e falta de rondas neste espaço prisional devido à falta de guardas prisionais”, refere o PSD, no requerimento entregue, dia 20, na Assembleia da República.

Para o PSD, a fuga destes três reclusos “coloca em causa as condições de segurança no Estabelecimento Prisional de Caxias”, pelo que solicitam “com a máxima urgência” a audição da ministra da Justiça na Comissão de Assuntos Constitucionais.

“Ainda que a Direção-Geral dos Serviços Prisionais tenha vindo a terreiro esclarecer que as torres que ficam próximo do local da fuga se encontravam ativas, a verdade é que tudo aconteceu sem que os guardas prisionais tivessem dado conta, o que revela ter havido uma falha grave na segurança deste estabelecimento prisional”, referem os deputados sociais-democratas.

O PSD invoca ainda notícias segundo as quais “as grades da cela estariam a ser serradas há vários dias, não se compreendendo como é possível que os reclusos foragidos tenham tido acesso a material cortante e vindo a serrar as grades da sua cela durante alguns dias sem

que ninguém do corpo da guarda prisional se tivesse apercebido”.

“A falta da vigilância devida numa cadeia classificada de grau elevado de complexidade de gestão, provavelmente motivada por falta de pessoal do corpo da guarda prisional, terá permitido que esta fuga se concretizasse, o que põe em causa a segurança deste estabelecimento prisional onde a sobrelotação existe, pois, de acordo com as estatísticas, em 2015 existiam 518 presos quando a lotação desta cadeia é de 334 reclusos”, acrescentam.

O PSD considera ainda “alarmantes” notícias que dão conta de que as máfias chilenas oferecem avultadas quantias de dinheiro a quem ajude a fugir os seus elementos presos.

Dois dos três reclusos que fugiram do estabelecimento prisional de Caxias, Oeiras, foram detidos em Madrid, com documentos de identificação falsos. Três reclusos, dois chilenos e um português fugiram na madrugada de domingo do Estabelecimento Prisional de Caxias, concelho de Oeiras, através da janela da cela que ocupavam. Em comunicado, a Direção Geral dos Serviços Prisionais disse que os dois cidadãos chilenos, com 29 e 30 anos, e um português com 30 anos se encontravam presos a aguardar julgamento por crimes de furto e roubo em processos criminais distintos. A direção-geral “instaurou de imediato um processo de averiguações, a cargo do Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção Geral”. A Associação Sindical de Chefias do Corpo da Guarda Prisional



considerou que a evasão de três reclusos é fruto da “dramática falta de guardas prisionais”. Para o presidente da associação, Mateus Dias, o que aconteceu em Caxias “é o reflexo das más condições em que se encontra o sistema prisional”, que, na sua opinião, “foi votado ao abandono pelo Estado”. Segundo a página eletrónica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), o estabelecimento prisional de Caxias, situado no concelho de Oeiras, é classificado como de segurança alta e está vocacionado essencialmente para reclusos preventivos.

Exportações com o pior resultado desde 2009



As exportações de mercadorias cresceram apenas 0,9% em 2016, uma forte desaceleração face ao crescimento de 3,7% em 2015, sendo o desempenho mais baixo desde 2009, de acordo com os dados ontem divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A anemia das vendas de bens ao exterior denuncia a fraca atividade na indústria e comércio, reduzindo as margens dos setores produtivos.

Portugal poderá estar a perder quotas de mercado no exterior, provocada por perdas de produtividade, com a atividade industrial a ressentir a pressão dos custos de contexto e o aumento dos impostos indiretos em 2016, na área da energia. A perda de fulgor nas exportações poderá continuar em 2017, já que o investimento – reposição de bens de produção, como a maquinaria – regrediu durante o ano passado.

A dinamização da atividade exportadora de mercadorias passa pela reindustrialização da economia. O PSD, nesta área, propõe a redução, calendarizada, dos impostos diretos (IRC, o imposto sobre os lucros das empresas) bem como incentivos ao investimento e reinvestimento (em sede de IRC), como instrumento para acelerar as exportações e aumento da produtividade. Foi, aliás, a redução consecutiva do IRC, em 2014 e 2015, que impulsionou a indústria nos últimos anos.

O Governo está sem soluções para gerar riqueza no País. Ainda esta semana a maioria parlamentar chumbou a proposta do PSD – de reforma do IRC – para apoiar as empresas e atrair capitais e investimento para apoiar emprego de qualidade.

Com este resultado desanimador nas exportações, o défice comercial agravou-se em 281 milhões de euros para 10,766 mil milhões de euros em 2016.

Portugal perde competitividade no Índice de Liberdade Económica

Portugal ocupa o 77.º lugar no Índice de Liberdade Económica de 2017. Desceu 13 posições, em comparação com 2016, segundo foi divulgado recentemente pela Heritage Foundation. As causas deste retrocesso estão, tal como escreve o próprio relatório, relacionadas com medidas adotadas pelo atual Executivo.

“Portugal continua a enfrentar desafios que exigem um ajustamento urgente da política económica. As reformas anteriores, que ajudaram a modificar e diversificar a base produtiva da economia, perderam impulso”, lê-se no relatório, sobre o enfraquecimento das reformas. O setor público endividado e ineficiente desgastou o dinamismo do setor privado e reduziu a competitividade da economia”.

O país foi classificado como sendo “moderadamente livre”. Se, em 2016, e considerando apenas os países europeus, Portugal estava na 30.ª posição, desceu agora para o 33.º lugar do ranking europeu.

O “governo anti-austeridade [liderado por António Costa] atrasou as reformas económicas, causando atritos com a União Europeia (UE) e com o Fundo Monetário Internacional (FMI)”, diz a Heritage Foundation. “A adesão a uma rigorosa disciplina orçamental permitiu que Portugal ultrapassasse o pior da crise económica, mas o crescimento abrandou e Portugal não cumpriu a meta de redução do défice mandatada pela UE.” É feita, ainda, referência ao desemprego “elevado, especialmente entre os jovens portugueses”, e a um “sistema financeiro que continua a enfrentar riscos substanciais”, sendo que o próprio “setor bancário continua fraco”.

O relatório aponta como “preocupações” aspetos importante como a “liberdade de trabalho” e a “integridade do Governo”.

O Índice de Liberdade Económica 2017 analisou 186 economias classificadas em função de dez variáveis, em quatro grupos: Estado de Direito; dimensão do Governo; eficiência ao nível da regulação e criação de novos negócios. Os países são distribuídos por cinco seções em função da pontuação obtida, a saber: “livre” (80 a 100); “quase livre” (70 a 79,9); “moderadamente livre” (60 a 69,9); “maioritariamente não livre” (50 a 59,9) e “reprimido” (40 a 49,9).

A Heritage Foundation publica o Índice de Liberdade Económica desde 1995, em parceria com o Wall Street Journal. Hong Kong lidera o ranking há 23 anos, sendo considerado o país com a “economia mais livre” do mundo.

PSD assinala Dia Mundial da Justiça Social



Assinala-se hoje o Dia Mundial da Justiça Social. O PSD recorda, por isso, um dos seus valores mais relevantes, a justiça social defendida desde Francisco Sá Carneiro: “procuramos, acima de tudo, defender os interesses de Portugal e dos portugueses, lutando por mais liberdade, mais justiça social e mais igualdade para todos.”

A justiça social foi inscrita na génese do partido e são várias as referências a este valor no programa do PSD. “O PSD, em nome do valor da justiça social e da regulação dos equilíbrios sociais, expressa na sua ação e concretiza nas suas políticas a solidariedade, quer entre grupos sociais e etários, quer entre zonas geográficas, elemento indispensável na construção de uma sociedade próspera.”

Para o PSD, devem ser mobilizados os recursos e estruturas do Estado e da sociedade para alcançar justiça social. Não se trata, contudo, de um conceito isolado ou de uma meta apenas do presente. Os social-democratas veem a justiça social em articulação com a coesão. E olham para o futuro, defendendo que a justiça social deve ser garantida para as novas gerações.

É nesse sentido que a necessidade de assegurar a sustentabilidade financeira das contas públicas ganha dimensão.

“Não queremos um futuro que nos volte a trazer os mesmos erros do passado”, disse Pedro Passos Coelho, em dezembro passado. “Não queremos um futuro que nos traga um espartilho ainda maior do que o que tivemos em termos de contas públicas. Não queremos um futuro que nos possa trazer o afastamento daqueles que, confiando em nós, podem cá investir e ajudar-nos a crescer. Não queremos um futuro de injustiça e desigualdade.”

“Queremos ter a oportunidade de ser um país com mais justiça social”, um “país mais desenvolvido”, rematou o presidente do PSD.

O atual governo arrisca essa meta quando compromete a sustentabilidade dos serviços do Estado e cria mais desigualdades e injustiça para futuro.

Saúde: atrasos e caos

Os atrasos e o caos que têm sido registados no Sistema Nacional de Saúde (SNS) estão a comprometer a justiça social, na medida em que o Estado falha na sua função essencial de promover o acesso a cuidados de saúde de qualidade. Este Governo compromete, pois, a qualidade da saúde quando não garante os recursos humanos suficientes para suprimir a reversão das 40 para as 35 horas semanais, medida implementada sem estudo ou preparação atempados.

Em 2016, houve um aumento de 4% no número de atendimentos nas urgências hospitalares, ao contrário da diminuição de 3% que o Governo prometera para o ano passado. Estima-se que os atendimentos subam de 6,1 milhões, em 2015, para os 6,4 milhões, em 2016.

Este aumento significativo das urgências, reconhecido pelo próprio ministro da Saúde (quando afirmou, no passado mês de janeiro, que “Portugal, em dezembro, teve o maior número de procura de urgências hospitalares de que há memória”), gerou este Inverno uma situação de caos. Há registo de situações em que os doentes chegaram a estar 13 horas à espera de serem atendidos ou seis dias a aguardar por cama nos serviços de urgência.

Igualmente no INEM houve significativos atrasos no atendimento das chamadas de emergência durante os meses de dezembro e janeiro, com demoras que chegaram a atingir os três minutos em vez dos sete segundos recomendados, como o reconheceu o próprio presidente do referido organismo numa recente audição parlamentar.

Estas situações foram agravadas pela não contratação de pessoal suficiente para fazer face à reversão dos horários de trabalho, das 40 para as 35 horas semanais. Simultaneamente, não se revelou suficiente o, embora sempre indesejável, aumento do recurso do SNS a prestações de serviços externos, que tinham já ascendido aos 95 milhões de euros até novembro de 2016, o valor mais alto dos últimos quatro anos.

Pensões: aumentos desiguais

A proposta de Orçamento de Estado para 2017 trouxe consigo indícios de que este Executivo não se rege pelo princípio da justiça social. As pensões são um claro exemplo disso mesmo, pois a primeira proposta do Governo para 2017 trouxe consigo um aumento extraordinário somente para alguns pensionistas.

Dizia o Executivo que o aumento extraordinário de 10 euros não abrangeria as pensões aumentadas pelo governo liderado pelo PSD. Ficavam, assim, de fora pensões sociais (202 euros), do regime agrícola (243 euros) e do escalão das pensões mínimas (263 euros). O PSD considerou esta proposta “absolutamente incompreensível”, tendo por isso apresentado uma solução, em novembro, para todos os pensionistas e não apenas alguns.

A pressão da oposição e da sociedade fez com que António Costa recuasse.

De uma esquerda que se dizia a grande defensora dos valores da democracia, surgiu uma proposta que arriscava a criar injustiça entre os pensionistas. Enquanto defendia que os pensionistas que recebiam as pensões mais baixas não teriam direito ao aumento extraordinário, os partidos que suportam o Governo pediam o fim da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, que já só se aplicava a pensões acima de 4600 euros.

Mas as manobras do Governo e da sua maioria não ficariam por aqui. O dito aumento extraordinário de pensões está previsto apenas para agosto. E, a acontecer, não serão 10 euros adicionais que os pensionistas passarão a receber, mas o que sobrar do aumento já recebido em janeiro – o habitual aumento de acordo com a inflação. Pensões rurais, sociais e mínimas podem vir a subir até 6 euros (incluindo já o acréscimo de janeiro) e não os 10 euros aplicado aos pensionistas que recebem entre 275 e cerca de 632 euros.

Autárquicas 2017

Um terço dos candidatos já homologado

O Partido Social Democrata tem já cerca de um terço das candidaturas às eleições autárquicas homologadas. A Comissão Política Nacional reuniu na terça-feira, 21 de fevereiro, e homologou o segundo conjunto de nomes, num processo que ficará fechado até ao final de março.

AUTÁRQUICAS 2017



CPD DE CASTELO BRANCO

Concelho: **Castelo Branco**
Candidato à CM: Carlos Barata de Almeida
Concelho: **Oleiros**
Candidato à CM: Fernando Marques Jorge

CPD DE COIMBRA

Concelho: **Cantanhede**
Candidato à CM: Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira
Concelho: **Coimbra**
Candidato à CM: Jaime Adalberto Simões Ramos
Concelho: **Condeixa-a-Nova**
Candidato à CM: Nuno Manuel Mendes Claro
Concelho: **Figueira da Foz**
Candidato à CM: Carlos Alexandre dos Santos Carreira Tenreiro
Concelho: **Penacova**
Candidato à CM: António Simões da Cunha Santos (Independente)
Concelho: **Tábua**
Candidato à CM: José Tavares Pereira (Independente)

CPD DE ÉVORA

Concelho: **Redondo**
Candidato à CM: David Manuel Fialho Galego
Concelho: **Reguengos de Monsaraz**
Candidato à CM: Elsa Maria Soares Félix de Bento Góis

CPD DE FARO

Concelho: **Castro Marim**
Candidato à CM: Francisco Augusto Caimoto Amaral
Concelho: **Lagoa**
Candidato à CM: José Inácio Marques Eduardo
Concelho: **Vila Real de Santo António**
Candidato à CM: Maria da Conceição Cipriano Cabrito

CPD DE GUARDA

Concelho: **Aguiar da Beira**
Candidato à CM: Fernando Augusto da Costa Pires
Concelho: **Almeida**
Candidato à CM: António José Monteiro Machado

Concelho: **Celorico da Beira**
Candidato à CM: Carlos Manuel da Fonseca Ascensão (Independente)
Concelho: **Figueira de Castelo Rodrigo**
Candidato à CM: Carlos Manuel Martins Condesso
Concelho: **Guarda**
Candidato à CM: Álvaro dos Santos Amaro
Concelho: **Mêda**
Candidato à CM: Aires Jorge Sampaio e Melo Brandão do Amaral (Independente)

CPD DE LEIRIA

Concelho: **Alcobaça**
Candidato à CM: Paulo Jorge Marques Inácio
Concelho: **Bombarral**
Candidato à CM: José Manuel Gonçalves Vieira
Concelho: **Marinha Grande**
Candidato à CM: Ricardo Augusto Morais Galo
Concelho: **Óbidos**
Candidato à CM: Humberto da Silva Marques
Concelho: **Pombal**
Candidato à CM: Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus
Concelho: **Porto de Mós**
Candidato à CM: José Jorge Couto Vala

CPD DE LISBOA AO

Concelho: **Lourinhã**
Candidato à CM: Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira
Concelho: **Sobral de Monte Agraço**
Candidato à CM: Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz
Concelho: **Torres Vedras**
Candidato à CM: Marco Henriques Claudino

CPD DE PORTALEGRE

Concelho: **Arronches**
Candidato à CM: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho
Concelho: **Elvas**
Candidato à CM: Luís Manuel Pereira Caldeira Fernandes
Concelho: **Marvão**
Candidato à CM: Luís António Abelho Sobreira Vitorino
Concelho: **Sousel**

Candidato à CM: Marta Susana Rebocho Carujo

CPD DE PORTO

Concelho: **Baião**
Candidato à CM: Miguel Afonso Costa Lima Dinis Correia
Concelho: **Maia**
Candidato à CM: António Domingos da Silva Tiago
Concelho: **Marco de Canaveses**
Candidato à CM: José António de Carvalho Soares da Mota
Concelho: **Paredes**
Candidato à CM: Rui Manuel Moutinho Ferreira
Concelho: **Santo Tirso**
Candidato à CM: Andreia Carina Machado da Silva Neto
Concelho: **Valongo**
Candidato à CM: Luís Miguel Mendes Ramalho
Concelho: **Vila Nova de Gaia**
Candidato à CM: José Joaquim Cancela Moura

CPD DE SETÚBAL

Concelho: **Alcácer do Sal**
Candidato à CM: Frederico Verde de Albuquerque D'Orey
Concelho: **Grândola**
Candidato à CM: Sónia dos Reis
Concelho: **Sesimbra**
Candidato à CM: Francisco José Pereira Luís

CPD DE VISEU

Concelho: **Cinfães**
Candidato à CM: Bruno Maciel Gouveia da Rocha
Concelho: **Mangualde**
Candidato à CM: Joaquim Lúcio Trindade Messias
Concelho: **Nelas**
Candidato à CM: Isaura Leonor Marques Silva Pedro
Concelho: **Oliveira de Frades**
Candidato à CM: Paulo Jorge Arade Marques Antunes
Concelho: **Resende**
Candidato à CM: Jaime António Bernardino Alves
Concelho: **Sernancelhe**
Candidato à CM: Carlos Silva Santiago
Concelho: **Vila Nova de Paiva**
Candidato à CM: Manuel Marques Custódio

Luís Montenegro em Tomar

“Eles querem ocultar a verdade” sobre a CGD

No sábado, 18 de fevereiro, no final da apresentação pública do candidato do PSD à Câmara de Tomar, Luís Montenegro afirmou ser “estranho” que o primeiro-ministro e os seus “acólitos” estejam “com tanto medo” que o parlamento “queira descobrir a verdade” sobre o acordo com a equipa de António Domingues na Caixa Geral de Depósitos (CGD).

O presidente do Grupo Parlamentar do PSD (GPPSD) declarou que a segunda comissão de inquérito sobre a CGD “visa ultrapassar o boicote democrático que PS, PCP e BE impuseram no parlamento”.

“As duas comissões de inquérito só existem porque o Partido Socialista, o PCP e o Bloco de Esquerda inviabilizaram que o trabalho que nós pretendemos de apuramento da verdade fosse realizado naquela que está hoje em funcionamento”, disse.

O PSD vai continuar a procurar a verdade. António Costa é o responsável por a CGD ter tido três administrações em 2016, por em fevereiro de 2017 ainda não ter sido colocado “um cêntimo” no banco quando a recapitalização foi anunciada como urgente em janeiro de 2016, por ter assegurado um conjunto de condições à equipa de António Domingues e por “ter um ministro das Finanças que mentiu ao parlamento e ao país” a



propósito desse acordo.

“E o que é estranho é que o primeiro-ministro de Portugal esteja com tanto medo que a Assembleia da República queira descobrir a verdade. Ele e os seus acólitos Catarina e Jerónimo querem ocultar ao país a verdade sobre a Caixa”, declarou Luís Montenegro.

CGD: O que esconde a maioria de esquerda?

Apesar da rejeição da maioria de esquerda e de comentários do presidente da Assembleia da República, o PSD garante que tudo fará para que a verdade seja apurada, no que diz respeito à gestão do processo da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Para Luís Montenegro, é a estabilidade da democracia que está em causa.

“Quero dizer de uma forma muito clara e direta que mau serviço é não cuidar com dignidade do Parlamento”, afirmou hoje Luís Montenegro, presidente do Grupo Parlamentar do PSD. Em causa está a posição manifestada pelo presidente da Assembleia da República (PAR) depois de PSD e CDS-PP terem levado à conferência de líderes o assunto da Caixa Geral de Depósitos (CGD), mais

concretamente a troca de mensagens entre o ministro das Finanças e António Domingues. Como transmitiu o social-democrata, o presidente da Assembleia da República considerou que as duas bancadas fizeram “um mau serviço”.

Os partidos que suportam o Governo no Parlamento chumbaram, ontem, requerimentos que exigiam a consulta de e-mails e mensagens trocadas entre Mário Centeno e o ex-presidente da CGD. Para Luís Montenegro, “o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda querem como que suspender a democracia e limitar, de uma forma absolutamente intolerável, o funcionamento de uma comissão parlamentar de inquérito e o exercício de direitos potestativos das oposições”. No seu entender esta situação está a “criar um ambiente intolerável que tem, de resto, arrastado as mais altas figuras do Estado”.

O PSD exigiu, assim, à maioria de esquerda que reconsiderasse a sua decisão até às 18h00 de dia 15 de fevereiro, pois estão a “obstruir o funcionamento da democracia” e a contribuir para que o Parlamento abdique “de uma das suas missões mais relevantes: a de escrutinar o Governo e a sua administração”. O desafio lançado foi instantes depois rejeitado por PS, PCP e BE.

Luís Montenegro acusou PS, BE e PCP de estarem a

desestabilizar a democracia. “Devem ter medo de alguma coisa que nós não conseguimos identificar”, reiterou. Com a comissão parlamentar de inquérito à CGD será possível “tirar conclusões” que venham a beneficiar o país e a “restabelecer a normalidade e a estabilidade do sistema financeiro”.

É cada vez mais importante apurar a verdade no que diz respeito ao processo CGD. Contudo, a maioria de esquerda está a “sonegar informação”, acusou o social-democrata. Mas o PSD confirma que tudo fará “para preservar a democracia” e para não permitir que a “atitude totalitária desta maioria” vingue. “Portanto, iremos até às últimas consequências pugnar, lutar pela dignidade da instituição parlamentar”, avisou reforçando que “nós não calamos a nossa voz”.

Esquerda faz boicote parlamentar

Numa declaração à imprensa, no final da conferência de líderes, o PSD desafiou o PS, BE e PCP a invertem a decisão de terça-feira de não analisar as mensagens escritas trocadas entre o ministro das Finanças e o ex-presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), António Domingues.

“Queremos que até às 18 horas possam reponderar a sua decisão de obstruir o funcionamento da democracia”, afirmou o presidente do Grupo Parlamentar do PSD, salientando que “com este boicote democrático, o parlamento vai abdicar de uma das suas missões mais relevantes: escrutinar os atos do governo e da administração”.

Luís Montenegro acusou ainda a esquerda parlamentar de reear a reposição da verdade: “O PS, o PCP e o BE devem ter medo de alguma coisa que nós não conseguimos identificar e não querem ver, ouvir, perguntar, ler, tirar as conclusões que esta comissão de inquérito deve tirar”, disse o líder parlamentar do PSD, numa declaração conjunta com o líder parlamentar do CDS-PP.

Mas a esquerda parlamentar continua a não colocar a reposição da verdade no topo das suas prioridades e rejeitou este desafio de inverter a decisão tomada de não analisar as comunicações trocadas entre o ministro das Finanças e António Domingues.



PSD defende revisão das custas judiciais

O PSD desafiou o Parlamento e o Governo a promover uma reflexão abrangente e envolvendo os operadores judiciais sobre a redução do valor das custas judiciais. Uma reflexão que vai além das medidas da maioria parlamentar, que têm uma “visão economicista” da Justiça.

Como explicou a deputada Sara Madruga da Costa, para o PSD não basta reduzir o valor das custas judiciais para promover a igualdade no acesso à Justiça.

O projeto de resolução que os social-democratas levaram ao Parlamento defende que, “sendo certo que as custas devem possuir uma relação económica entre o valor do serviço e o montante que é pago pelo utente e que para a fixação do seu valor deve ter-se em conta o princípio da adequação, da proporcionalidade e da exigibilidade”, pelo que se conclui “que a diminuição do valor das custas só poderá vir a ser considerada na análise e discussão posteriormente ao conhecimento da avaliação acima aludida.”

A deputada do PSD recordou que foi o governo anterior que lançou a reforma do sistema judicial, num mandato marcado pelo ajustamento financeiro. Agora, e como especifica o projeto de resolução do PSD, “ultrapassado o contexto de excecionalidade, consideramos estarem reunidas as condições, para uma avaliação e revisão do Regulamento das Custas Processuais”.

Eleitoralismo lidera Justiça

Já esta semana, o PSD desafiou o Governo a ir mais além nas suas visões para a Justiça. Carlos Peixoto, deputado social-democrata, questionou a ministra da Justiça sobre o montante das dívidas aos serviços prisionais e acusou o Governo de ser “medroso e calculista, com objetivos eleitorais” em matéria de abertura dos novos “tribunais” e de não esperar por condições de funcionamento de verdadeiros tribunais”.

“Ensaiei uns simulacros, uns desdobramentos, umas casinhas da justiça... é talvez uma ideia do «Portugal dos pequeninos judiciário», afirmou o deputado Carlos Peixoto, referindo, ainda, durante a audição parlamentar à ministra da Justiça, a manobra de fingimento com fins eleitorais. “Acho que fez uma reforma envergonhada, porque fingiu que abria, sem abrir, fingiu que reformava sem reformar e fingiu que servia a população sem servir a população”, concluindo, “A isto chama-se expedientes panfletários.”

Carlos Peixoto questionou ainda a ministra sobre o financiamento aos serviços prisionais, sobre a redução das custas processuais e a transposição da Diretiva Europeia sobre o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

povo livre

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1056 • 14 FEVEREIRO 1996 • PREÇO 100\$00

Orçamento de Estado socialista é inaceitável

Portugal afasta-se da União Europeia

- O desemprego tenderá a agravar-se
- O crescimento do endividamento conduzirá, inevitavelmente, a um claro aumento de impostos, já em 1997
- Os reflexos negativos no défice e na dívida pública, poderão comprometer definitivamente a participação de Portugal na moeda única em 1999

Um Orçamento que gera desemprego que faz endividar mais o País e que nos pode remeter para uma situação mais periférica na Europa, é, por definição, um mau documento.

Considerando que o Orçamento ainda não foi aprovado em Conselho de

Ministros, o Grupo Parlamentar do PSD solicita ao Governo que pondere todos estes factores, no sentido de que a Proposta a apresentar à Assembleia da República possa dar garantias de melhores perspectivas para um desenvolvimento equilibrado e harmonioso do País.

3

Rui Rio na Assembleia da República

PS herda o quadro macro-económico mais favorável do pós «25 de Abril»

- Reconhecimento de que o Executivo social-democrata geriu as finanças públicas com rigor e competência

4

Teoria dos «buracos»
Ministério das Finanças admite que se enganou

4

Política de transportes: onde está o Governo naquilo e quando é preciso?

Luís Leite Ramos (*)



Em 2010, quando o governo socialista acionou o pedido de ajuda, o Setor Empresarial do Estado no Setor dos Transportes encontrava-se em verdadeira falência técnica, com empresas, postos de trabalho e serviço público em risco.

O Memorando de Entendimento era claro quanto às obrigações que o governo socialista assumiu: racionalização e reestruturação das empresas, com o objetivo de repor a sustentabilidade do setor e a qualidade do serviço público prestado.

O PS perdeu as eleições e coube ao Governo PSD/CDS-PP implementar as exigências de redução de despesa pública, a racionalização da rede de transportes, a reestruturação das empresas, o ajustamento dos tarifários.

A dívida conjunta do setor dos transportes caiu, então, pela primeira vez na história da democracia, ao reduzir-se para um total de 19,17 mil milhões de euros em 2014, depois de tocar em 2013 quase 20 mil milhões de euros.

O resultado histórico deveu-se ao conjunto de reformas e medidas implementadas tanto nas operações como nas finanças das várias empresas públicas de transportes, obtendo resultados de exploração mais equilibrados.

Como forma de proteger os cidadãos mais desfavorecidos e de menores rendimentos, foi instituído o

“Passe Social+”, um verdadeiro passe social pois, pela primeira vez, passou a entrar em linha de conta com os rendimentos efetivos dos agregados familiares, majorando a comparticipação acima do que fazia o anterior passe social.

O Governo iniciou também, nessa altura, a oferta de transporte público de passageiros a todo o país, o programa “Portugal Porta-a-Porta”, vocacionado para zonas de baixa densidade populacional, afirmando-se como um «projeto prioritário na política de mobilidade e transportes».

Como solução sustentável para o setor, o governo liderado pelo PSD concebeu, entretanto, um modelo assente na subconcessão dos transportes de Lisboa e Porto, colocando a obrigatoriedade de realização de investimento do lado dos privados, proporcionando um serviço público eficiente, reduzindo custos para o erário público e cortando com um passado de má memória.

O Governo socialista – com o fim das obrigações assumidas no âmbito da assistência económica e financeira, e já com um setor mais reequilibrado e saneado, – pôs em causa toda a estratégia, a solução encontrada e os resultados obtidos logo que iniciou a governação para a qual nem sequer foi eleito e iniciou o ciclo das reversões das reformas feitas.

Numa estratégia errática, ao reverter as subconcessões de transportes comprometeu o investimento a cargo dos privados. Afirmou apostar no investimento público e iniciar investimentos infundáveis na ferrovia, prometeu milhões às autarquias – em ano pré-eleitoral, multiplicou-se em ações de demagogia que o desastroso recuo do investimento público em 2016 veio pôr a nu.

O investimento público tão prometido e, de facto, tão necessário ao crescimento económico do País, ficou na gaveta devido aos congelamentos extraordinários aplicados no último semestre.

A qualidade do serviço público no setor dos transportes ficou em causa. Evidência disso são as notícias sobre as falhas por falta de investimento em algumas destas empresas e as inúmeras reclamações feitas em 2016 pelos utentes.

Tem vindo a ser anunciado na comunicação social que os passes combinados de Metro, Carris e Rodoviária vão acabar. Que para viajar na Carris, no Metropolitano de Lisboa e na Rodoviária de Lisboa, os utentes vão ter de comprar um passe intermodal, mais caro do que o atual.

Mas do Governo nem uma palavra.

Onde está o Governo naquilo e quando é preciso?

Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD

A justiça social - património político do PSD

Agostinho Branquinho (*)



1. Num mundo em profundas e constantes mudanças, as assimetrias têm-se agravado, tanto no plano geográfico, como nos planos económico-social. Hoje, uma boa parte da riqueza encontra-se concentrada num pequeno grupo de regiões (mais correto do que se falar em países), bem como num pequeno grupo de pessoas. Ou seja, numa boa parte do Mundo global em que vivemos, as disparidades sociais, as injustiças, a ausência do Estado de Direito são ainda o quotidiano de milhões de cidadãos.

2. Em Portugal, após a instauração do Regime Democrático, há pouco mais de quatro décadas, tem-se vindo a fazer um caminho no sentido de dar expressão a um conjunto de direitos, liberdades e garantias para se assegurar a construção de uma Democracia Política, Económica, Social e Cultural.

Como em tudo na vida, há momentos de avanços, momentos de um certo “pântano” e até de recuos, mas o que importa sublinhar são os progressos feitos ao longo destes anos, no sentido de a nossa sociedade ser mais justa, mais solidária e com um maior leque de igualdade de oportunidades.

A generalização do acesso ao ensino, a criação e o aprofundamento do Serviço Nacional de Saúde (ainda recentemente colocado numa posição cimeira do ranking mundial dos sistemas de saúde), a concretização de um sistema de Segurança Social universal, a definição de políticas de inclusão social e o aparecimento de espaços de diálogo transversais, como é caso paradigmático a concertação social, são evidências desses avanços civilizacionais que os Portugueses têm sido, simultaneamente, arquitetos e construtores.

Não significa isto que as desigualdades sociais tenham desaparecido. Elas existem e devem constituir uma prioridade na atuação política, onde, cada vez mais, se notam os efeitos de uma cidadania ativa, participativa, na definição das políticas públicas.

3. Desde a sua fundação, em maio de 1974, que o PSD tem tido uma preocupação central com as questões da justiça e da solidariedade social. Prova disso é o que se encontra plasmado no seu Programa inicial, onde as expressões como “Direitos sociais” ou “Igualdade de oportunidades” aparecem em vários pontos desse texto fundacional. E, na versão revista do nosso Programa, realizada em 1992, refere-se, a dado momento, que a “edificação de uma sociedade mais livre, justa e humana, associada à superação das desigualdades de oportunidades e dos desequilíbrios a nível pessoal e regional e à garantia dos direitos económicos, sociais e culturais” deverá assumir-se como o centro da nossa atividade, enquanto partido humanista e para quem o fim da política reside na pessoa humana.

4. Hoje, quando se assinala o Dia Mundial da Justiça Social, construção que remonta ao século XVIII, naquilo que é o entendimento contemporâneo desses valores, esta questão é ainda central em Portugal. As assimetrias sociais que ainda hoje existem no nosso país – e que estão a ser agravadas por políticas públicas erradas e com uma visão de curto prazo que colocam em questão a sustentabilidade do Estado Social – devem merecer prioridade primeira no combate político por essa sociedade mais justa, mais solidária e mais livre que queremos construir e deixar como legado aos vindouros. E o PSD, no respeito pelo seu património político, tem obrigação, hoje, de assumir esse desiderato, tal como o fez nestas quatro décadas.

(*) Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social nos XIX e XX Governos Constitucionais

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Março de 2017, (sábado) pelas 20h30, na sede, sita na Rua de S. Pedro, nº 22-1º A, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Parecer sobre as listas de candidatos autárquicos a apresentar nas eleições autárquicas de 2017, nos termos do disposto no nº 53º, nº 2 al. f) dos Estatutos

ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alijó, para reunir, no próximo dia 04 de Março de 2017, (sábado) pelas 17h30, na sede, sita na Rua Cimo da Vila, Lote 5, Loja Esquerda - Alijó, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Dar cumprimento ao Artigo 53º, nº 2, alínea f) dos Estatutos Nacionais do PSD

2 - Outros assuntos

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Benavente, para reunir no próximo dia 18 de Março de 2017, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Praça Doutor Anselmo Xavier, nº 13 - 1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Apreciação e aprovação das contas 2016

2 - Análise e discussão do Processo Autárquico 2017

3 - Análise da situação política

CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cadaval, para reunir no próximo dia 16 de Março de 2017, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua D. Fernando nº 12, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1 - Apresentação e votação do relatório de contas do ano de 2016

2 - Eleições Autárquicas 2017 - Emissão de parecer sobre o candidato à Câmara Municipal do Cadaval, proposto pela comissão Política de Secção, nos termos do artigo 53º alínea f) dos Estatutos

3 - Análise da situação política

CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Celorico da Beira, para reunir, no próximo dia 04 de Março de 2017 (sábado), pelas 20h30, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Outros assuntos

FARO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Faro, para reunir, em sessão

ordinária, no próximo dia 03 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 20h30, na sede do PSD de Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1 - Loulé, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Ratificação das contas do distrito de Faro, relativas ao exercício de 2016, conforme alínea c) do artigo 39º dos Estatutos do Partido

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ourém, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Leitura e aprovação da acta da reunião anterior

2 - Apresentação e votação das contas da Secção referentes ao ano de 2016

3 - Apresentação, discussão e votação da Moção Estratégica para as Eleições Autárquicas de 2017

4 - Emissão de parecer sobre proposta da Comissão Política Concelhia sobre designação do cabeça de lista à Câmara Municipal, de acordo com o artigo 53º, alínea f) dos Estatutos do partido

5 - Análise da situação política local e nacional

PARIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paris, para reunir, em sessão ordinária, no dia 25 de Fevereiro de 2017, (sábado), pelas 15h00, na Permanence Les Républicains, nº 7 Rue Isidore Nerat - 93600 Aulnay-Sous-Bois, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Apresentação das propostas de alteração às leis eleitorais e ao recenseamento eleitoral apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD

3 - Eleições em França

4 - Diversos.

SETÚBAL / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir, no próximo dia 09 de Março de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na Biblioteca Municipal de Palmela, sita, no Largo São João Batista - Palmela, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Contas 2016

3 - Análise da situação político-partidária

VIANA DO CASTELO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir, no próximo dia 04 de Março de 2017 (sábado), pelas 15h00, no Cine - Auditório da Santa Casa de Misericórdia de Caminha, sito na Rua Engenheiro Luis Agostinho Pereira de Castro (perto do Centro Saúde de Caminha) - Caminha, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Sessão temática "Descentralização e Reforma do Estado"

2 - Apresentação e aprovação das contas relativas ao ano de 2016

3 - Análise da situação política local, nacional / autárquicas 2017

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila do Conde, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Março de 2017 (sexta-feira), pelas 21h30, na sala Dr. Orlando Taipa, da sede, sita na Praça da República, nº 7, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Emissão de parecer sobre a proposta da Comissão Política da Secção de Vila do Conde quanto à candidatura à presidência da Câmara Municipal de Vila do Conde

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 03 de Março de 2017 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Apresentação, discussão e votação do relatório e contas do Partido a nível da Secção, relativo ao exercício de 2016 - cfr. Artº 53º, nº 2 al. d) dos Estatutos

VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Pouca de Aguiar, para reunir, no próximo dia 04 de Março de 2017 (sábado), pelas 15h00, na sede, sita na Rua Prof. Mota Pinto, n.º10, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Autárquicas 2017 - Emissão de parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos, propostas pela Comissão Política de Secção, nos termos da alínea f), do artigo 53.º, dos Estatutos do PSD

2 - Outros assuntos de interesse para a reunião.



**RECTIFICAÇÃO
II CONSELHO NACIONAL DA JSD**

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoco o I Conselho Nacional Ordinário a realizar no dia 4 de Março de 2017, (sábado) pelas 14h30m, no Auditório do Castelo Santiago da Barra, sito no Campo do Castelo, 4900-360 Viana do Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Apresentação, Discussão e votação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2016;

3 - Apresentação, Discussão e votação do Orçamento para o exercício de 2017;

4 - Análise da situação política;

5 - Outros assuntos.

ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Alenquer, para reunir no próximo dia 8 de Abril de 2017, sábado, pelas 15 horas, na Sede da JSD de Alenquer, sita na rua Gago Coutinho, nº 36, R/C, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h às 17h;

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente do Conselho Distrital, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (5 de Abril de 2017, quarta-feira), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista, estando a sede aberta para o efeito das 22h às 24h.

ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo do artigo 93º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Arruda dos Vinhos, a realizar-se no próximo dia 4 de Março de 2017 (Sábado), pelas 21 horas, na Sede do PSD de Arruda dos Vinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Discussão e deliberação da proposta da Comissão Política Concelhia de elementos da JSD a serem incluídos nas listas do PSD à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e às Assembleias de Freguesia.

Ponto Dois: Outros assuntos de interesse concelhio.

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário de Concelhia da JSD Marco de Canaveses pra reunir no próximo dia 11 de Março, pelas 18 horas, na sede do PSD Marco de Canaveses, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Eleições autárquicas 2017;
- 3 – Informações.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Ponte de Lima, para reunir em sessão ordinária no dia 3 de março de 2017 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Processo autárquico 2017.

SANTARÉM

De acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD Concelhia de Santarém para reunir, no próximo dia 04 de Março 2017, pelas 21h00, na sede Distrital do PSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Martins, nº 10, 1º, 2001-901 Santarém.

O Plenário, sem fins eleitorais, terá os seguintes pontos na ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e outros assuntos;
- 2 - Análise da situação política actual;

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário Eleitoral Concelhio da JSD de Vagos para reunir no próximo dia 25 de março de 2017 (sábado), pelas 15h00, na Sede Concelhia do PSD Vagos, sito na Rua Cândido dos Reis, 440 R/C DTO, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Secção de Vagos da JSD;

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Aveiro ou ao seu substituto legal, respeitando o cumprimento estatutário, na sede JSD Distrital, sita na rua Dom Manuel B. de Vasconcelos, n.º 28, Aradas, 3810-498 Aveiro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. As urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 17h00.